

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/03/2014 a 31/03/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Iniciativa do Mapa traz novo repertório de sustentabilidade</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/03/2014.....	3
<b>Governo Federal lança edital do programa Ecoforte.</b> Gabriela Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/03/2014.....	3
<b>Solo da Mata Atlântica pode ser recuperado com plantio de árvores</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/03/2014.....	5
<b>Ações brasileiras de proteção da camada de ozônio em nova fase.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/03/2014.....	5
<b>O Veneno Está na Mesa II: a agroecologia é a resposta ao agronegócio mortal.</b> Léa Maria Aarão Reis – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 23/03/2014.....	7
<b>Líderes mulheres lidam melhor com sustentabilidade, diz autora.</b> Felipe Gutierrez – Folha de São Paulo, Empregos e Carreiras. 23/03/2014.....	9
<b>Agropecuária poderá ter mais 70 milhões de hectares destinados à atividade sustentável sem ampliar área de produção</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/03/2014.....	10
<b>Agricultura e aquecimento verbal.</b> Evaristo Eduardo de Miranda – O Estado de São Paulo, Opinião. 24/03/2014.....	11
<b>Brasil vive um conflito por água a cada quatro dias</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/03/2014.....	13
<b>Incra e Insa debatem projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis em assentamentos do Semiárido</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2014.....	20
<b>Incra e Insa debatem projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis em assentamentos do Semiárido</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2014.....	21

### **Iniciativa do Mapa traz novo repertório de sustentabilidade – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/03/2014**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai lançar a segunda edição da publicação Gestão Sustentável na Agricultura. O evento é uma iniciativa da Coordenação Geral de Sustentabilidade Ambiental (CGSA), da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) e do gabinete do ministro Neri Geller (GM). O lançamento vai ocorrer no dia 19 de março, às 10h, no auditório maior do Ministério.

O objetivo da publicação é reunir e divulgar casos bem sucedidos de instituições privadas, públicas e de produtores, ligados à agricultura, que tenham a gestão sustentável inserida e exercitada em suas atividades.

A Comissão avaliadora do Mapa selecionou oito casos que constarão na segunda edição, constituindo um mosaico de exemplos em gestão sustentável: a empresa florestal que libera suas áreas para apicultores das comunidades onde atua; a agropecuária que trabalha em larga escala na produção orgânica de aves; a cooperativa que atua com produtores na recuperação e conservação de nascentes de água; o banco que incentiva os produtores na adoção de práticas agrícolas de baixa emissão de carbono; a fundação que desenvolveu ferramenta de avaliação sobre a sustentabilidade de práticas agrícolas utilizadas pelos produtores; a empresa pública de pesquisa que desenvolveu trigo para produção de grãos e pastejo animal; o instituto que recolhe e dá destinação ambientalmente correta a agrotóxicos cujo uso já não é mais permitido; e uma associação que divulga e incentiva a adoção de práticas agrícolas sustentáveis.

A tiragem de cinco mil exemplares será distribuída para instituições públicas, empresas, cooperativas, sindicatos, universidades, organismos internacionais e embaixadas. A exemplo da edição anterior, esta também é bilíngue (português – inglês).

O Ministério incentiva a intensificação da adoção de práticas agrícolas sustentáveis dentro do agronegócio brasileiro. “A nossa intenção é lançar anualmente uma nova edição dessa publicação, com novos casos relevantes e bem sucedidos, que possam servir de exemplo e orientação para mais instituições e produtores interessados”, afirma o coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Mapa, Renato de Oliveira Brito.

A primeira edição do livro ocorreu em março de 2013 e divulgou práticas de gestão sustentável agregadas por diferentes instituições ligadas ao agronegócio, uma atitude pioneira do Ministério, que tem como missão divulgar um repertório de experiências de sucesso na inserção do tema sustentabilidade.

---

### **Governo Federal lança edital do programa Ecoforte. Gabriela Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/03/2014**

O Governo Federal lançou nesta sexta-feira (14), em Brasília (DF), o edital do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte). Serão investidos, inicialmente, R\$ 25 milhões para a

promoção da produção sustentável em todo o País, como na intensificação das práticas de manejo e de sistemas produtivos orgânicos de base agroecológica.

Segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o programa vem com uma proposta diferente, que garante a produção de alimentos ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente. “Esse programa dá a oportunidade de produzir respeitando a terra, cuidando dos recursos ambientais, ao mesmo tempo em que dá autonomia para as pessoas viverem com dignidade, ganhando o seu sustento e oferecendo um produto que leva vida”, explicou.

Serão beneficiados com o programa os agricultores, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e indígenas. Para o coordenador de Formação da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Cássio Trovatto, o Ecoforte constitui uma iniciativa importante do Brasil Agroecológico. “Sabemos dos desafios que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica traz, não só no aspecto da integração como na construção de políticas públicas. Certamente o Ecoforte proporcionará o avanço das nossas ações”, explicou.

#### Edital

O Ecoforte integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico). Neste primeiro edital estão previstas duas etapas. A primeira para a seleção das redes que receberão apoio; a segunda será a pré-habilitação das associações e cooperativas, pertencentes a essas redes, para participarem de chamadas públicas que visam implantar ou melhorar empreendimentos econômicos.

As redes concorrerão por meio da apresentação de projetos territoriais com foco na estruturação de unidades de referência relacionados à produção sustentável. O total de recursos previstos nesta etapa é oriundo da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

#### Brasil Agroecológico

Com o objetivo de oferecer uma política diferenciada para quem produz alimentos de forma sustentável, o Governo Federal lançou, em 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – o Brasil Agroecológico. Até 2015, serão executadas 125 iniciativas que contemplem a produção; o uso e conservação dos recursos naturais; o conhecimento; a comercialização e o consumo – um total de R\$ 8,8 bilhões que serão investidos no setor.

Do recurso que será investido no Brasil Agroecológico, R\$ 7 bilhões vão ser utilizados na garantia de crédito para o financiamento da produção, quer seja por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quer seja pelo Plano Agrícola e Pecuário. Atualmente, no País existem cerca de 150 mil produtores sustentáveis.

O Brasil Agroecológico conta com a participação de dez ministérios, entre eles o do Desenvolvimento Agrário (MDA), o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Educação (MEC), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o da Saúde (MS).

---

### **Solo da Mata Atlântica pode ser recuperado com plantio de árvores – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/03/2014**

Recuperar o solo que sofreu erosão e está praticamente sem nutrientes é o desafio do subprojeto de pesquisa coordenado pelo pesquisador da Embrapa Agrobiologia, Alexander Silva de Resende, que compõe a equipe do Projeto Biomas na Mata Atlântica.

"A vitrine foi montada em junho de 2013, e foi baseada na experiência de mais de 20 anos da Embrapa nesse tipo de trabalho. Oito meses após o plantio, já é possível perceber alterações na fisionomia da área e o desenvolvimento inicial das espécies", diz Alexander Silva de Resende.

O pesquisador escolheu uma área totalmente degradada. "A terra estava sem cobertura nenhuma, pois havia sofrido grande processo de erosão. Não tinha matéria orgânica e estava praticamente estéril", conta a coordenadora regional do Projeto Biomas na Mata Atlântica, Fabiana Ruas.

As mudas nativas que mais se desenvolveram no local, até agora, foram o anjico, embaúba, eritrina e vinhático. "Se o produtor souber quais são as espécies nativas que melhor se adaptam ao solo, melhor. Pois poupará tempo e dinheiro para recuperar as áreas em sua propriedade", comenta Wagner Farias Ferreira Braz Silva, técnico agrícola do projeto biomas na mata atlântica.

A evolução deste experimento está sendo documentada em Nota Técnica de Pesquisa escrita pelo pesquisador Alexander Silva de Resende. Acesse a Nota Técnica no Link [http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Nota\\_Tecnica\\_MA01.pdf](http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Nota_Tecnica_MA01.pdf)

#### **Sobre o Projeto Biomas**

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural brasileira considerando o componente arbóreo em seus sistemas propostos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

### **Ações brasileiras de proteção da camada de ozônio em nova fase. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/03/2014**

*Reunião em São Paulo envolve setores público e privado*

As medidas de proteção da camada de ozônio entrarão em nova etapa. Representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do setor empresarial se reuniram, nesta quinta-feira (20/03), em São Paulo, para dar início à construção da segunda etapa do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), substâncias nocivas à concentração de gases que protegem o planeta dos raios ultravioletas.

Todos os setores produtivos e comerciais envolvidos com a questão foram chamados. Atualmente, os HCFCs são usados em segmentos como a manufatura de equipamentos de refrigeração e ar condicionado e a produção de espumas para cadeiras, colchões e outros produtos. O programa tem o objetivo de promover a troca dos hidroclorofluorcarbonos por compostos que não prejudicam a camada de ozônio.

## ESTRATÉGIAS

Coordenado pelo MMA, o Grupo de Trabalho (GT-HCFCs) discutiu estratégias, formas de capacitação e projetos de conversão tecnológica para a segunda etapa do programa de eliminação. Os futuros projetos de substituição dos HCFCs poderão ser apoiados pelo Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal (FML) e serão voltados para empresas de capital nacional envolvidas na migração para novas tecnologias.

A proposta de ações para a segunda fase deve ficar pronta até o próximo ano. A coordenadora de Proteção da Camada de Ozônio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Magna Ludovice, afirmou que essa primeira reunião possibilitou a aproximação com o empresariado. “A intenção é ouvi-los para construirmos um projeto em conjunto”, explicou. “A expectativa é submetê-lo ao FML em 2015”.

## SAIBA MAIS

Aberto em 1987, o Protocolo de Montreal é um acordo multilateral em que 197 países se comprometem a eliminar gradativamente substâncias destruidoras da camada de ozônio. Entre elas, estão os clorofluorcarbonos (CFCs), presentes em geladeiras e outros equipamentos de refrigeração comercial, e os HCFCs.

No caso dos HCFCs, a primeira etapa do compromisso brasileiro vai até 2015 e estabelece a redução de 16,6% do consumo da substância em comparação aos índices de 2009 e 2010. A segunda etapa vai de 2020 a 2040, com redução de 35% em 2020, 67,5% em 2025, 97,5% em 2030 e eliminação total em 2040.

Além das ações fomentadas pelo MMA e financiadas pelo Protocolo de Montreal, outras iniciativas contribuem para o corte dos hidroclorofluorcarbonos em território nacional. Uma instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), publicada no fim de 2012, controla a entrada de HCFCs por meio de cotas específicas para a importação do material.

---

**O Veneno Está na Mesa II: a agroecologia é a resposta ao agronegócio mortal. Léa Maria Aarão Reis – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 23/03/2014**

*Em novo filme de Sílvio Tendler, Stédile, do MST, afirma: "está mais que provado que podemos produzir sem venenos sem desequilibrar o meio ambiente."*

Uma plateia superlotada do Teatro Casa Grande, no Leblon, Rio de Janeiro, local de encontros políticos memoráveis, nos tempos duros da ditadura civil-militar, aplaudiu de pé, durante vários minutos, o documentarista Sílvio Tendler, depois da exibição do seu mais recente longa metragem (70 minutos), O veneno está na mesa 2, lançado na ocasião.

Perseguindo a ideia de ampliar ao máximo as plateias dos seus filmes e tornar acessível a todos sua fértil produção cinematográfica, o DVD desta suíte de O Veneno está na mesa 1 já estava sendo vendido, nessa noite, por R\$5,00. Dentro de alguns dias estará circulando na internet gratuitamente dentro da filosofia de Tendler do copie e distribua dos filmes que faz, nas redes sociais, TVs comunitárias e públicas.

Depois da sessão houve debate com Luiz Claudio Meirelles, pesquisador da Fiocruz e ex-gerente da Anvisa, com Nívia Silva, do Movimento dos Sem Terra (MST) e o diretor.

Meirelles chamou a atenção para o projeto de lei que está para ser votado no Senado que retira do Ministério da Saúde (da Anvisa) a competência para analisar e decidir, em conjunto com órgãos dos ministérios do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura sobre questões relacionadas ao uso de agrotóxicos no país, em prejuízo grave à saúde pública do país. Ressaltou também a sistemática campanha de desinformação ao cidadão sobre os males dramáticos que o uso desses produtos tóxicos representa na mesa do brasileiro e a ocultação, por parte da mídia, até de episódios de crianças mortas, no campo e de mulheres que enlouquecem, intoxicadas nos ambientes rurais. Episódios que, criminosamente também, não são informados à população.

No documentário, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, doutor em Saúde Pública e especialista em Medicina Social acrescenta: "Para além das decisões científicas e das decisões econômicas, que são os interesses do agronegócio, a saúde pública acaba sendo sacrificada."

Se em O Veneno 1 são denunciadas as perversas consequências do uso de agrotóxicos, este documentário de agora enfatiza o modelo agrícola nacional de hoje, com seus malefícios para a saúde pública. Em contraposição, apresenta as experiências agroecológicas empreendidas em praticamente todas as regiões do Brasil, mostrando a existência de alternativas viáveis, colocadas em prática por centenas de agricultores, produtores de alimentos saudáveis que respeitam a natureza, os próprios trabalhadores rurais e os consumidores.

Um dos alertas do filme é o de que o país precisa se posicionar, com urgência, diante do dilema apresentado – que aliás constitui uma encruzilhada planetária: qual o mundo onde queremos viver e que desejamos aos nossos descendentes? O mundo envenenado do agronegócio ou da liberdade e da diversidade agroecológica?

O outro alerta à população mostra como estamos nos alimentando mal e perigosamente por conta de um modelo agrário perverso, baseado no agronegócio.

Para quem não sabe: o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo inteiro - 5,2 litros/ano por habitante. Número assustador. E mais: em um intervalo de 90 em 90 minutos alguém, no Brasil, é intoxicado por agrotóxico – consumidor ou trabalhador rural.

Muitos desses herbicidas, fungicidas e pesticidas estão proibidos em quase todo mundo em virtude do risco que representam à saúde pública. Mas acabaram sendo desovados nos países periféricos que vivem processos econômicos desenvolvimentistas segundo o modelo capitalista clássico. Lembra a professora e pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto: "Nas plantações de bananas, no país, é utilizado o triclorfom. Causa câncer. No cultivo de cebola, parationa metílica. As plantações de maçãs são pulverizadas com abamectina e as terras onde se planta hortaliças a pulverização contamina terra e águas por metal."

O perigo que esses produtos mortais representam se estendem aos trabalhadores rurais - são quem manipula os venenos. E, é claro, aos cidadãos que os consomem. No filme, testemunhos de alunos e de uma professora de escola rural vizinha a grande plantação polvilhada com produtos tóxicos, de propriedade de empresas transnacionais, atestam que "os aviões que pulverizam esses produtos passam tão baixo sobre o telhado da escola que sentimos até o calor de seus motores."

No modelo predatório de desenvolvimento aqui posto em prática, comenta-se: "caminhamos céleres para o deserto verde, terra arrasada para os pobres e muita riqueza para os já ricos." O lucro fica com as transnacionais aqui instaladas, empresas que fabricam agrotóxicos como a Bayer, Monsanto, DuPont, Syngenta etc. como denuncia O veneno 2 cujo objetivo é mostrar e alertar para como estamos, desinformados que somos, nos alimentando mal e perigosamente por conta de um modelo agrário perverso baseado no agronegócio.

O doc mostra, por exemplo, a efervescência que não é noticiada pela mídia tradicional, a velha, em todo Brasil - do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, Amazônia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais –, das cooperativas que operam no sistema agroecológico, em harmonia com as leis da natureza. E com lucro.

"A produção do agronegócio, de alimentos com venenos é uma situação escandalosa," comenta João Pedro Stédile, outro entrevistado no filme, líder do MST e parceiro de Tandler na elaboração do documentário. Os dois atualmente já estão trabalhando na pré-



produção de outro filme, sobre as privatizações feitas no país. "As técnicas da agroecologia são tão produtivas quanto aquelas chamadas técnicas modernas," diz Stédile. "Está mais que provado que podemos produzir sem venenos sem desequilibrar o meio ambiente."

Nesse modo de trabalhar a terra respeitando os ciclos naturais, "há um grau de artesanato, sem dúvida", diz um agricultor da agroecologia, em O veneno está na mesa 2. "O que não significa, de modo algum, que não utilizamos tecnologias modernas e que nosso negócio seja 'pequenino'."

---

### **Líderes mulheres lidam melhor com sustentabilidade, diz autora. Felipe Gutierrez – Folha de São Paulo, Empregos e Carreiras. 23/03/2014**

Ter mais mulheres em posições de comando nas empresas é essencial para que essas organizações sejam mais sustentáveis do ponto de vista do ambiente. Quem diz isso é a escocesa Sara Parkin, 67, diretora da ONG inglesa Forum for the Future, que presta consultoria sobre o tema para empresas como a Nike e a Cola-Cola.

Ela esteve no Brasil na semana passada para promover o livro "O Divergente Positivo" (editora Peirópolis), além de se encontrar com lideranças como a política Marina Silva (PSB). Leia trechos da entrevista com Parkin.

\*

*Folha - A senhora escreve tanto sobre mulheres no mercado trabalho quanto sobre sustentabilidade. Como esses temas tão diferentes se relacionam?*

Sara Parkin - Os temas não são diferentes, são extremamente semelhantes. Sustentabilidade é um entendimento de como deve ser o futuro do capital. Metade da população é mulher e elas não são favorecidas em posições em empresas, por exemplo. São questões de educação e de como a sociedade deve se comportar. Além disso, ter mulheres em posições de chefia será vital.

*Por quê?*

Elas entendem melhor do que os homens que sustentabilidade é, no fundo, uma questão de comportamento humano e que o desafio é mudá-lo.

*No seu livro, a senhora culpa as escolas de administração pela falta de líderes mais consciência sobre sustentabilidade. Por quê?*

Não só nas escolas de administração, mas também em treinamentos corporativos, passa-se uma visão limitada do que é o sucesso. É tudo medido por modelos matemáticos. E a maior parte das pessoas que sai das faculdades de administração não enxerga todos os impactos dos negócios.

*Como um chefe pode mudar esses impactos?*

Eu escrevo sobre liderança, que é uma qualidade que as pessoas podem exercitar. Não é preciso estar em um papel de chefe. E esses líderes podem influenciar as pessoas a consumirem menos. Nós precisamos mudar o cenário de tanto consumo.

---

**Agropecuária poderá ter mais 70 milhões de hectares destinados à atividade sustentável sem ampliar área de produção – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/03/2014**

A agropecuária brasileira poderá ter um ganho de 70 milhões de hectares de área para a produção de alimentos, transferindo culturas e colhendo duas safras anuais, apenas aplicando técnicas sustentáveis de produção, como a agricultura de baixo carbono e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Este acréscimo de área, sem derrubar uma só árvore, aumentaria em 131% a produção de grãos e fibras, passando de 187 milhões para 432 milhões de toneladas/ano. Na pecuária, o volume de oferta de carne bovina saltaria de 9 milhões para 15 milhões de toneladas.

Os dados foram apresentados pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, nesta segunda-feira (24/3), em palestra no Global Agribusiness Fórum 2014. O evento reúne até amanhã, em São Paulo, empresários, autoridades e especialistas do Brasil e do exterior para debater os desafios do agronegócio e da produção mundial de alimentos.

Segundo a presidente da CNA, o Brasil tem condições plenas de ampliar sua produção agropecuária. Segundo ela, o fator determinante será o mercado, e não tecnologia. “Podemos aumentar a produção em quatro meses, com facilidade. Temos que medir esta temperatura, que será Kátia Abreu, para quem o problema da fome decorre, hoje, da falta de renda e não a falta de comida. Ela acredita que, com as condições favoráveis de aumento de produção e produtividade, o país cumprirá a meta definidas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), de aumentar a produção de alimentos em 40% até 2050, ajudando a resolver o desafio de vencer a fome no mundo.

A senadora destacou, ainda, que o crescimento da produção agrícola brasileira ocorreu graças ao desenvolvimento de novas tecnologias. Nos últimos 36 anos, a produção de grãos e fibras cresceu 296% (de 46,9 milhões para 187 milhões de toneladas, enquanto a produtividade expandiu 178% no mesmo período (de 1.258 kg/hectare para 3.507 kg/hectare). A área plantada, por sua vez, só aumentou 42% (de 37,3 milhões para 53,3 milhões). Ela lembrou que o Brasil produz em apenas 27,7% do território nacional, preservando 61% do país com florestas e outros tipos de vegetação nativa.

Outro ponto destacado por Kátia Abreu foi o fato de o crescimento do setor agropecuário ter se dado com “tecnologias brasileiras” e produzido ganhos especialmente para a população mais pobre. Segundo ela, há 40 anos, as famílias gastavam 48% do orçamento com alimentação, em uma época que o Brasil era um tradicional importador de alimentos. Hoje, estes gastos caíram para algo em torno de 14% a 20% do salário, graças ao aumento de produtividade que possibilitou acesso à

comida barata e de boa qualidade. “Com isso, sobrou renda para educar os filhos até a universidade, comprar eletrodomésticos, etc”, lembrou.

Ao falar da importância da agropecuária para a economia brasileira, a senadora lembrou que o setor é o responsável por 40% das exportações, 37% dos empregos do país, quase 25% do PIB, além de sustentar o superávit da balança comercial brasileira por muitos anos. Ao falar da sucessão no agronegócio brasileiro, destacou que, enquanto os europeus têm idade média de 52 anos, os americanos de 58 e os japoneses de 67, os empresários brasileiros são em média bem mais jovens: 45 anos.

Global Agribusiness - A senadora foi uma das palestrantes do painel “Gerando Valor na Produção Agrícola”, ao lado do representante FAO no Brasil, Alan Jorge Bojanic, do subsecretário do Departamento de Agricultura das Filipinas, Dante Solano Delima, e do presidente empresa indiana de irrigação Jair Irrigations Systems, Dilip N. Kulkarni.

O evento reúne, ainda, lideranças como a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o diretor geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, o presidente do Conselho de Administração da Brasil Foods, Abílio Diniz, o ex-diretor-geral de Agricultura da Comissão Europeia, José Manuel Silva Rodrigues, o economista e ex-ministro Delfim Netto, e o ministro da Agricultura de Cuba, Gustavo Rodríguez Rollero.

---

#### **Agricultura e aquecimento verbal. Evaristo Eduardo de Miranda – O Estado de São Paulo, Opinião. 24/03/2014**

O consumidor conhece a novela: se chove demais ou de menos, o preço das hortaliças, e até da carne, aumenta nos supermercados. Os ganhos desse aumento de preços desaparecem entre o consumidor e o agricultor. Chuva demais ou de menos são sempre sinônimo de perda para os produtores. Não se enfrentam variações de clima com flutuações de preços. A solução é uma agricultura menos sensível às variações climáticas.

O clima foi apontado como o maior problema enfrentado pelos agricultores, acima do preço de venda dos produtos, do custo de produção e da incidência de pragas e doenças, na recente pesquisa do Índice de Confiança do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Enquanto alguns querem mudar o clima e salvar o planeta em 50 anos, os agricultores desejam salvar a sua roça anual de hortaliças, milho, feijão e outras trivialidades.

A dificuldade da agropecuária em dar respostas adequadas às variações climáticas presentes e futuras deve-se às incertezas das informações sobre esse fenômeno. A imprecisão dos modelos de mudanças climáticas aumenta da escala global para a local. Os 21 modelos usados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) deixam clara a sua incapacidade de prever mudanças climáticas em escala local.

Em razão da incerteza na previsão do clima futuro na escala para tomar decisões agrícolas, estudos sobre o passado são úteis. Dados do Instituto Nacional de Meteorologia indicam tendências de mudanças nos padrões das chuvas e temperaturas nos últimos 50 a 100 anos no Brasil. Eles apontam para padrões complexos, com três ou mais situações num mesmo Estado. E para a necessidade de ampliar a rede de coleta de dados!

Para dificultar ainda mais a decisão dos agricultores sobre que variedades ou técnicas de plantio adotar em face das incertezas climáticas, lá onde vivem não existe agrometeorologia de qualidade para orientá-los. Nem redes sociais e de informação sobre o tema. Eles estão sós e desinformados.

Felizmente, a agricultura tropical é bastante adaptada às variações de chuva e temperatura. No Brasil, de um ano para outro essas flutuações são maiores do que os cenários alardeados por porta-vozes de mudanças climáticas! Neste verão a temperatura andou 6 a 8 graus acima da média, enquanto no início dos anos 1990 foi exatamente o contrário. Aliás, como a chuva, a temperatura nunca anda na linha... da média.

Variação da temperatura entre dia e noite superior a 15 graus é comum nos trópicos. Valor muitas vezes superior às previsões de mudanças climáticas para altas latitudes. E a vegetação e a fauna? Vão bem, obrigado!

Nos últimos cem anos, ecossistemas, florestas plantadas e cultivos tropicais não desapareceram nem fizeram as malas para mudar de latitude. Resultado de longa evolução, eles têm grande plasticidade e capacidade de conviver com variações de chuva e temperatura, diferentemente do que ocorre nas zonas temperadas, onde a regularidade das estações é a regra.

Esse grau de adaptação às flutuações climáticas interanuais, mensais e até diurnas varia entre cultivos anuais, plurianuais ou perenes, e depende de sistemas de produção, capacidade de investimento e uso de tecnologias. Não existe tecnologia que funcione sempre e em qualquer condição, salvo, talvez, a irrigação. Um plantio de café com sombreamento produzirá melhor em anos secos e menos nos chuvosos do que cafezais em pleno sol. O mesmo vale para variedades de ciclo longo e curto, para o adensamento ou espaçamento de plantas, etc.

Uma coisa são as incertezas climáticas, outra é o risco assumido por agropecuaristas ao decidirem investimentos e mudanças tecnológicas. Eles se comportam como qualquer investidor. Alguns, por temperamento e condição, assumirão riscos maiores, buscarão mais produtividade e adotarão certas tecnologias. Os mais conservadores, em circunstâncias análogas, adotarão outras tecnologias, perderão em produtividade, mas reduzirão os riscos e os impactos das variações climáticas. Outros ainda explorarão a redução do ataque de fungos e o ganho de qualidade em seus produtos em anos secos, como na fruticultura e na produção de vinhos.

Alternativas tecnológicas existem para aumentar a sustentabilidade da produção diante das variações climáticas. A ampliação da irrigação, da eletrificação, da mecanização rural, da armazenagem nas fazendas, da logística e do seguro rural seria um enorme avanço perante as incertezas climáticas. Com isso nossa agricultura, marcadamente de baixo carbono, ajudaria ainda mais a "salvar o planeta" e alimentar a humanidade.

Para especialistas internacionais presentes no Global Agribusiness Forum, em São Paulo, é do empreendedorismo dos agricultores, das inovações de instituições de pesquisa agropecuária e do dinamismo dos países emergentes, como a China, a Índia, a Indonésia e o Brasil, que virão as grandes soluções, graças a novas políticas agrícolas e ambientais.

A adaptação coordenada da agricultura tropical diante das incertezas climáticas está no começo. Faltam financiamentos específicos para a pesquisa agropecuária. Mesmo assim, novos saltos tecnológicos estão a caminho, graças a pesquisas inovadoras, como as previstas no planejamento da Embrapa para o horizonte de 2033, em melhoramento genético, mudanças climáticas e gestão territorial, por exemplo.

O cenário climático para a agricultura tropical não é o pior. Mas aponta a necessidade de se adaptar simultaneamente a agricultura e a sociedade. É a melhor garantia em face das incertezas climáticas e contra o nhenhém do aquecimento verbal.

\*Evaristo Eduardo de Miranda é doutor em ecologia, pesquisador e coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

---

### **Brasil vive um conflito por água a cada quatro dias – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/03/2014**

As disputas por recursos hídricos no Brasil atingiram um novo recorde histórico em 2013, conforme prévia do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Conflitos no Campo Brasil 2013, publicação da CPT, será lançado dia 28 de abril, a partir das 14 horas, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília.

Rafael Barifouse e João Fellet, da BBC Brasil (Imagens BBC)

As disputas por recursos hídricos no Brasil atingiram um novo recorde histórico em 2013, segundo dados preliminares do levantamento anual feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), obtidos com exclusividade pela BBC Brasil.

Foram identificados 93 conflitos por água em 19 Estados, o maior desde 2002, quando eles passaram a ser monitorados pelo órgão, que é ligado à Igreja Católica. Isso representa um conflito hídrico a cada quatro dias.

No ano passado, houve um aumento de 17% no número de disputas em relação a 2012. Foi o segundo ano seguido de intensificação dos conflitos. Em 2012, houve 79 conflitos, um aumento de 16% em relação a 2011.

#### Apropriação

No ano passado, a Bahia foi o Estado que mais teve disputas deste tipo, num total de 21. Em segundo lugar, ficou o Rio de Janeiro, com sete disputas.

O Nordeste foi a região mais conflitante, com 37 casos registrados, seguido pelo Norte do país, com 27 casos.

De acordo com a CPT, muitas destas disputas ocorrem para evitar a apropriação de recursos hídricos por empresas, como mineradoras e fazendas, ou para impedir a construção de barragens ou açudes.

"Além da investida na Amazônia, com a construção de duas grandes hidrelétricas, de Belo Monte e Tapajós, o cerrado e a Mata Atlântica também têm sofrido com mais conflitos por causa de disputas de territórios entre comunidades pobres e grandes empresas de mineração e agricultores", afirma Isolete Wichinieski, coordenadora nacional do CPT.

#### Preservação

Muitas das disputas também ocorrem por ações de resistência, em geral coletivas, para garantir a preservação da fonte de água.

"Hoje existe uma maior preocupação em preservar o meio ambiente, o que também gera mais embates", afirma Wichinieski.

O relatório completo sobre conflitos hídricos será divulgado pelo CPT no próximo mês.

O futuro da água brasileira será decidido nos tribunais?

O Brasil detém pouco mais de um décimo das reservas de água potável do mundo, no entanto, o país já registra um conflito por água a cada quatro dias, segundo o mais recente relatório da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Igreja Católica, obtido com exclusividade pela BBC Brasil. Em 2013, foram registradas 93 disputas locais em 19 Estados, 17% a mais do que no ano anterior. Mas esses conflitos não estão se tornando apenas mais frequentes. Também vêm assumindo dimensões inéditas.

Há pouco mais de uma semana, os governos de São Paulo e Rio de Janeiro vivem um embate. A razão é o projeto de São Paulo de captar água do Rio Paraíba do Sul e levá-la ao sistema Cantareira, grupo de reservatórios que abastece 15 milhões de pessoas na região metropolitana de São Paulo e no interior do Estado. O problema é que este rio já abastece outras 15 milhões de pessoas no Grande Rio e no interior paulista. O governo fluminense é contra a proposta. Desde então, Rio e São Paulo trocam farpas e ameaças de processo publicamente.

Não se tinha notícia – até agora – de um conflito desta proporção, envolvendo os dois Estados mais ricos da federação e que coloca em jogo o abastecimento de 15% da população do país. "É o conflito mais sério que já tivemos", diz Sandra Kishi, procuradora regional da República e coordenadora do grupo de trabalho de águas do Ministério Público Federal (MPF).

### Prejuízos

O Rio alega que será prejudicado porque hoje não tem outra fonte de abastecimento. São Paulo retruca que a ligação não trará prejuízos ao Rio, porque só captaria 5% do volume fornecido atualmente ao Estado fluminense e que a medida será vantajosa para ambos os Estados porque, quando chover demais no reservatório que atende São Paulo, será possível guardar o excesso de água no reservatório que atende o Rio (e vice-versa), criando um sistema de estoque para quando chover pouco.

São Paulo ainda alerta que o Rio não pode interferir na questão porque a ligação estaria dentro dos limites paulistas. "Providenciaremos os documentos necessários para a permissão", diz o secretário estadual de saneamento e recursos hídricos de São Paulo, Edson Giriboni, à BBC Brasil. "Sempre podemos recorrer à Justiça se necessário. Se vamos ou não fazer isso, depende deles".

Se a permissão for concedida a São Paulo, ela poderá ser questionada no Supremo Tribunal Federal, instância onde são resolvidas as contendas entre Estados. "Não se pode dizer que vai fazer o quiser porque o rio é fluminense ou paulista. O curso da água não respeita fronteiras", afirma Kishi, do MPF. "Essa decisão caberá ao comitê que administra a bacia do Paraíba do Sul."

### Fim da ilusão

Haver disputas por água no Brasil é uma situação que, a princípio, parece contraditória. O país detém 12% da água potável do mundo e sempre foi apontado como uma das regiões do planeta onde haverá menos riscos de falta de água neste século.

Mas a estiagem entre dezembro e fevereiro passados, a pior em oito décadas, mostrou que essa abundância é uma ilusão. Há muita água, mas ela está mal distribuída. Cerca de 80% fica na região amazônica, onde vive 5% da população. Os outros 95% dos brasileiros precisam dividir os 20% que restam.

Esse problema se agrava porque grande parte das fontes de água nas regiões mais populosas do país está poluída demais. Um levantamento da ONG SOS Mata Atlântica mostra que 40% de 96 rios, córregos ou lagos das regiões Sul e Sudeste apresentam qualidade ruim ou péssima. Quanto mais próximo dos centros urbanos, pior sua situação.

"A ideia de abundância nos mimou", diz Rômulo Sampaio, do centro de meio ambiente da escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio. "Os políticos não

investiram o suficiente porque pensaram que não seria necessário e ainda maltratamos os recursos que temos."

#### Conflito de interesses

Isso obriga cidades a ir buscar água cada vez mais longe. Em algum momento, seus interesses entram em conflito. É o que ocorre entre Rio e São Paulo e entre outros Estados brasileiros (veja abaixo).

#### Rio Grande do Norte X Paraíba

Na década passada, o Rio Grande do Norte se queixou do volume de água que a Paraíba estava extraindo do rio Piranhas Açu, que atravessa os dois Estados e abastece 147 municípios.

Após várias reuniões coordenadas pela Agência Nacional de Águas (ANA), definiu-se uma vazão mínima que a Paraíba deve liberar ao Estado vizinho.

#### Goiás X Minas Gerais

Na bacia do rio São Marcos, agricultores de Goiás e Minas Gerais disputam licenças para extrair água para suas terras.

O conflito envolve ainda a hidrelétrica de Batalha, que diz que o uso intensivo de água para irrigação tem prejudicado a operação da usina. A ANA negocia com os envolvidos uma solução.

Com a estiagem, o nível do sistema Cantareira chegou a 14%, o menor nível desde sua criação. A fragilidade do sistema que abastece metade da população da Grande São Paulo ficou evidente e fez o governo paulista querer por em prática o projeto do Paraíba do Sul, que estava em estudo havia seis anos.

"Solucionar a questão hídrica é o maior desafio do Direito ambiental hoje", afirma Sampaio. "Temos boas regras para lidar com isso, criadas nos anos 1990. Agora elas serão testadas."

#### De quem é a água?

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi criada em 1997 e, desde então, é o principal norte da gestão da água no país. Nela, foram estabelecidos princípios importantes, como a prioridade do abastecimento humano e de animais e o incentivo ao uso eficiente da água. Mas a lei não diz quem tem mais direitos sobre determinada fonte hídrica.

O advogado Paulo Affonso Leme Machado, ex-consultor da ONU e um dos mais respeitados especialistas em Direito ambiental no país, defende uma interpretação conjunta de três artigos da política que daria prioridade ao uso das águas de uma bacia aos habitantes dos municípios que existem nela.



"Isso não está expresso na lei, mas pode ser inferida porque ela estabelece a bacia hidrográfica como unidade mais importante do sistema hídrico, cria o controle do uso e afirma que tudo que é arrecadado com suas águas deve ser reinvestido, em primeiro lugar, na própria bacia", diz Machado.

A partir dessa interpretação, defendida também por outros juristas consultados pela BBC Brasil, São Paulo não teria o direito de usar recursos de uma bacia fora de seus limites geográficos em prejuízo de outras cidades que estão nesta bacia. "Fazer isso é mais que injustiça, é anarquia", diz Machado.

Teste nos tribunais

Esta interpretação ainda não foi testada nos tribunais, o que pode ocorrer em breve não só por causa da disputa entre Rio e São Paulo, mas também por outro conflito envolvendo a Grande São Paulo.

A permissão de uso do Cantareira expirará em agosto e está sendo rediscutida. Além da região metropolitana da capital paulista, este sistema abastece 76 cidades no interior do Estado, que pedem mais água além do limite atual para a região, de 3 mil litros por segundo.

No entanto, o Cantareira já opera no limite estabelecido por regras ambientais. Para o interior ter mais água, seria preciso reduzir o volume de 24,8 mil litros por segundo fornecido à Grande São Paulo, que por sua vez também pleiteia um limite maior. Não será possível atender às duas regiões sem causar danos ao sistema.

As cidades do interior alegam que, na nova permissão de uso do Cantareira, é preciso haver uma distribuição mais equilibrada da água, princípio previsto em convenções internacionais sobre o tema. As cidades do interior afirmam que, se isso não for feito, sua economia não poderá mais crescer, porque novas indústrias que dependem de água não conseguirão licenças ambientais.

Estas cidades ainda questionam por que não foi cumprida a condição prevista na permissão de uso do Cantareira concedida há dez anos de fazer investimentos para reduzir a dependência da Grande São Paulo em relação a este sistema. "Pedimos explicações ao governo estadual para resolver isso na esfera administrativa, mas iremos à Justiça se as respostas não forem satisfatórias", diz a promotora Alexandra Faccioli, do Ministério Público Estadual.

Novos conflitos à vista

O debate sobre o uso da água é mais relevante diante da previsão de que os conflitos hídricos serão mais comuns daqui em diante. Segundo o Pacific Institute (IP), um dos principais institutos de pesquisa sobre o tema do mundo, o número de disputas hídricas violentas no mundo quadruplicou na última década e o risco de novos conflitos só crescerá com a maior competição pelo recurso, o atual gerenciamento ruim das fontes hídricas e os impactos das mudanças climáticas

Antônio Carlos Zuffo, especialista em planejamento hídrico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ainda alerta que a oscilação histórica do clima acentuará a falta d'água. O pesquisador explica que entre 1970 e 2012 houve chuvas até 30% acima da média histórica. "Agora estamos entrando num período de algumas décadas de chuvas abaixo da média", afirma Zuffo. "A disputa por água se intensificará."

Os órgãos federais se dizem preocupados com esse acirramento dos conflitos e trabalham para mediá-los antes que se agravem a ponto de a única solução ser a via judicial. No caso específico entre Rio e São Paulo, isso significa fazer com que os dois Estados cheguem a um entendimento baseado em estudos sobre o aproveitamento das águas do Paraíba do Sul.

"Nosso papel é estimular um debate técnico e evitar a politização dessa questão, para que esse tipo de problema não caia na Justiça", afirma Rodrigo Flecha, superintendente de regulação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Para o secretário nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ney Maranhão, os dois Estados precisam chegar a um consenso quanto a uma gestão compartilhada destes recursos hídricos.

"Rio e São Paulo precisam sentar à mesa e elaborar um sistema que seja confortável para os dois lados", afirma Maranhão. "Uma discussão dessa natureza não pode ser discutida emocionalmente."

Órgãos federais tentam evitar que disputas cheguem à Justiça

Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro elevam o tom na maior disputa por água de que se tem notícia no país, órgãos federais tentam apaziguar os ânimos e evitar que o conflito chegue aos tribunais.

O temor é que uma radicalização do embate encoraja outros Estados a também recorrer à Justiça para resolver disputas hídricas com vizinhos.

"Nosso papel é estimular um debate técnico e evitar a politização", diz à BBC Brasil Rodrigo Flecha, superintendente de regulação da Agência Nacional de Águas (ANA).

A ANA tem, entre suas principais funções, mediar conflitos que envolvam rios da União, que atravessam mais de um Estado. É o caso do Paraíba do Sul, alvo do desentendimento entre Rio e São Paulo.

Outro órgão que acompanha a disputa com atenção é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), instância máxima na gestão das águas do país.

O secretário-executivo do órgão, Ney Maranhão, diz que Rio e São Paulo precisam chegar a um consenso quanto à gestão de suas águas.

"Os Estados precisam sentar à mesa e elaborar um sistema que seja confortável para os dois lados", afirma Maranhão, que também é secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

"Uma situação dessa natureza não pode ser discutida emocionalmente".

## Agricultura

Segundo Flecha, da ANA, a agência tem mecanismos para facilitar o entendimento entre Estados. Para evitar que um Estado seja afetado pelos planos hídricos de um vizinho, por exemplo, a agência pode estabelecer restrições a esses planos ou compensações ao Estado prejudicado.

A ANA já mediou outros desentendimentos entre Estados, entre os quais a disputa entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba pelas águas da bacia do Piranhas Açu.

O rio, que nasce na Paraíba, abastece cerca de 1,5 milhão de pessoas em 147 municípios dos dois Estados.

O Rio Grande do Norte se queixava do volume de água que chegava ao Estado, e a ANA definiu uma vazão mínima a ser liberada pela Paraíba. Para isso, os paraibanos tiveram que passar a exercer maior controle sobre as licenças para a extração de água.

Tanto naquela região quanto em outras áreas do país, os desentendimentos quanto ao uso da água têm relação direta com a expansão da irrigação na agricultura.

Na bacia do rio São Marcos, maior área de agricultura irrigada do país, lavradores de Goiás e Minas Gerais disputam licenças para extrair água para suas terras.

O conflito envolve ainda a hidrelétrica de Batalha, gerida pela empresa Furnas. A companhia diz que o uso intensivo de água para irrigação tem prejudicado a operação da usina. A ANA negocia com os envolvidos uma solução.

Para Flecha, novas disputas poderão ocorrer à medida que a irrigação se expandir ainda mais pelo país. Ele diz que o Brasil hoje tem cerca de 5 milhões de hectares irrigados, mas que há potencial para irrigar outros 25 milhões.

"Imagina que tipo de conflito teremos no país se não nos anteciparmos e criarmos regras para usos múltiplos da água."

Para o secretário nacional de recursos hídricos, Ney Maranhão, é preciso ter maior controle sobre as licenças para irrigação.

"Nas áreas com potencial para agricultura irrigável, temos de mapear a disponibilidade de água e estabelecer certos limites", ele diz.

Maranhão afirma que os órgãos públicos que gerenciam o uso da água devem se coordenar com agricultores para minimizar prejuízos em caso de secas.

"Ao se detectar que haverá menor oferta de água, é melhor que o agricultor plante menos, mas consiga irrigar e colher sua produção, do que perca boa parte do plantio por causa da falta de água."

### Reutilização

Maranhão defende ainda que agricultores usem métodos de irrigação que poupem água e que privilegiem plantas adequadas ao clima de sua região.

Ele cita o caso do Ceará, onde lavradores costumavam plantar arroz, cultura que exige bastante água. Com o tempo, porém, decidiram substituir as plantações por produtos mais adaptados à região, como côco, manga e goiaba.

"Não faz sentido gastar um monte de água para produzir algo que você pode comprar de fora pagando menos."

Para o secretário, o Brasil deve ainda investir na reutilização da água, técnica que praticamente inexistente no país.

Na Califórnia, diz ele, já se testa o reaproveitamento de água tratada de esgoto em indústrias ou para fins que não ponham a saúde humana em risco.

Outra ação prioritária, segundo Maranhão, é despoluir rios que cruzam grandes cidades.

"É inadmissível que uma cidade como São Paulo não possa usar a água do Tietê ou do Pinheiros porque estão poluídos e tenha que buscar água lá longe. Por muito tempo não protegemos nossos rios, mas agora precisamos recuperar esse passivo para o futuro."

---

### **Inkra e Insa debatem projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis em assentamentos do Semiárido – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2014**

Técnicos do Incra e do Instituto Nacional do Semiárido (Insa) se reuniram na manhã da última quinta-feira (27), em Campina Grande (PB), para debater as cláusulas do termo de cooperação técnica que os dois órgãos estudam celebrar para a implementação de um projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis nos assentamentos da reforma agrária na região semiárida.

Participaram da reunião, pelo Incra, o coordenador geral de desenvolvimento de assentamentos da sede da autarquia, em Brasília (DF), Rogério Mauro, o assessor da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos, Pablo Sidersky, o chefe do Setor de Assistência Técnica da Superintendência Regional do Incra na Paraíba, José Vandilson do Nascimento Silva, e o técnico do Incra/PB Eduardo Vasconcelos de Medeiros. Representaram o Insa, além do diretor, Ignacio Hernán Salcedo, o diretor substituto, pesquisador Salomão de Sousa Medeiros, e o pesquisador Daniel Duarte.

O projeto se desenvolverá em três linhas: a implantação de sistemas sustentáveis em dez assentamentos, sendo um em cada superintendência do Incra na região do Semiárido;

oferta de capacitação em agroecologia e convivência com o Semiárido a equipes de entidades contratadas para prestar assistência técnica em assentamentos na região, além da reprodução e distribuição, para assentados, de mudas de espécies forrageiras - a exemplo da palma resistente à Cochonilha do Carmim, praga que dizimou, nos últimos anos, milhares de hectares de palma no Semiárido.

De acordo com Sidersky, a elaboração das diversas peças do dossiê que vai permitir a implementação do projeto deve ser concluída até o final de maio.

Após as discussões sobre o projeto, os técnicos do Inca conheceram os dois sistemas de reúso de água da sede do Insa. Em um deles, após passar por processos de tratamento, a água é utilizada para o cultivo consorciado de palma forrageira resistente à Cochonilha do Carmim com as espécies sabiá e aroeira. O outro sistema reutiliza a água para a produção de madeira a partir das espécies aroeira, catingueira, baraúna, freijó e ipê. O grupo também visitou as obras do sistema que vai armazenar a água das chuvas em caixas d'água, utilizando como áreas de captação os telhados dos prédios da sede do Insa e o estacionamento do instituto, que funcionará como uma espécie de cisterna calçadão.

#### Acordo de cooperação

O projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis nos assentamentos do Semiárido está sendo construído no âmbito do acordo de cooperação técnica assinado em agosto de 2013, em Campina Grande, pelo presidente do Inca, Carlos Guedes, e pelo diretor do Insa, Ignacio Hernán Salcedo. A parceria prevê o desenvolvimento de ações de capacitação envolvendo o tema da desertificação, gestão ambiental e manejo sustentável do solo em zonas áridas, captação de água e sistema de produção de palma forrageira. Também serão implantadas unidades demonstrativas em cada estado do Semiárido brasileiro, com enfoque na educação e na transferência de tecnologias.

O Semiárido brasileiro se estende por oito estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e pelo norte de Minas Gerais.

---

#### **Inca e Insa debatem projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis em assentamentos do Semiárido – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2014**

Técnicos do Inca e do Instituto Nacional do Semiárido (Insa) se reuniram na manhã da última quinta-feira (27), em Campina Grande (PB), para debater as cláusulas do termo de cooperação técnica que os dois órgãos estudam celebrar para a implementação de um projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis nos assentamentos da reforma agrária na região semiárida.

Participaram da reunião, pelo Inca, o coordenador geral de desenvolvimento de assentamentos da sede da autarquia, em Brasília (DF), Rogério Mauro, o assessor da

Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos, Pablo Sidersky, o chefe do Setor de Assistência Técnica da Superintendência Regional do Inca na Paraíba, José Vandilson do Nascimento Silva, e o técnico do Inca/PB Eduardo Vasconcelos de Medeiros. Representaram o Insa, além do diretor, Ignacio Hernán Salcedo, o diretor substituto, pesquisador Salomão de Sousa Medeiros, e o pesquisador Daniel Duarte.

O projeto se desenvolverá em três linhas: a implantação de sistemas sustentáveis em dez assentamentos, sendo um em cada superintendência do Inca na região do Semiárido; oferta de capacitação em agroecologia e convivência com o Semiárido a equipes de entidades contratadas para prestar assistência técnica em assentamentos na região, além da reprodução e distribuição, para assentados, de mudas de espécies forrageiras - a exemplo da palma resistente à Cochonilha do Carmim, praga que dizimou, nos últimos anos, milhares de hectares de palma no Semiárido.

De acordo com Sidersky, a elaboração das diversas peças do dossiê que vai permitir a implementação do projeto deve ser concluída até o final de maio.

Após as discussões sobre o projeto, os técnicos do Inca conheceram os dois sistemas de reúso de água da sede do Insa. Em um deles, após passar por processos de tratamento, a água é utilizada para o cultivo consorciado de palma forrageira resistente à Cochonilha do Carmim com as espécies sabiá e aroeira. O outro sistema reutiliza a água para a produção de madeira a partir das espécies aroeira, catingueira, baraúna, freijó e ipê. O grupo também visitou as obras do sistema que vai armazenar a água das chuvas em caixas d'água, utilizando como áreas de captação os telhados dos prédios da sede do Insa e o estacionamento do instituto, que funcionará como uma espécie de cisterna calçadão.

#### Acordo de cooperação

O projeto de desenvolvimento de sistemas sustentáveis nos assentamentos do Semiárido está sendo construído no âmbito do acordo de cooperação técnica assinado em agosto de 2013, em Campina Grande, pelo presidente do Inca, Carlos Guedes, e pelo diretor do Insa, Ignacio Hernán Salcedo. A parceria prevê o desenvolvimento de ações de capacitação envolvendo o tema da desertificação, gestão ambiental e manejo sustentável do solo em zonas áridas, captação de água e sistema de produção de palma forrageira. Também serão implantadas unidades demonstrativas em cada estado do Semiárido brasileiro, com enfoque na educação e na transferência de tecnologias.

O Semiárido brasileiro se estende por oito estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e pelo norte de Minas Gerais.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa